

**BANDEIRANTE ENERGIA S.A.**

CNPJ/MF nº 02.302.100/0001-01  
NIRE 35.300.179.731  
Companhia Aberta

**Assembleia Geral Ordinária**

*a se realizar em 13.04.2016*

Proposta da Administração

À Única  
Acionista da  
**Bandeirante Energia S.A.**

<b>Anexo I - Comentários dos Diretores da Companhia</b> <i>Contas dos Administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015</i>	<b>Pág. 02</b>
<b>Anexo II - Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2015</b>	<b>Pág. 24</b>
<b>Anexo III - Informações acerca dos Conselheiros de Administração</b>	<b>Pág. 31</b>
<b>Anexo IV - Informações acerca da Remuneração dos Administradores</b> <i>De abril/2016 a Março/2017, inclusive.</i>	<b>Pág. 34</b>
<b>Anexo V - Alteração do jornal de grande circulação para Publicações Legais</b>	<b>Pág. 48</b>

## **ANEXO I**

### **Comentário dos Diretores da Companhia**

Item 10 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

#### **10.1. Comentários dos Diretores sobre:**

A Companhia não detém participação em nenhuma outra sociedade e, portanto, todas as informações apresentadas referem-se às demonstrações financeiras individuais.

##### **a. condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Bandeirante S.A. (“EDP Bandeirante”) é uma das principais concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica do Estado de São Paulo, a maior do Grupo EDP – Energias do Brasil S.A. (“EDPBR”) e sua receita provém das tarifas de distribuição de energia elétrica que cobra de seus clientes.

A diretoria da EDP Bandeirante entende que o seu fluxo de caixa operacional é suficiente para as atuais exigências de manutenção das atividades, serviços e investimentos. Somado o capital de giro aos empréstimos de terceiros tem-se montante suficiente para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, para os próximos 12 meses.

A diretoria entende que são apresentadas condições financeiras e patrimoniais suficientes e com qualidade para manutenção de seu plano de negócios, desenvolvimento de suas atividades e cumprimento de suas obrigações de curtos e médios prazos.

##### **b. estrutura de capital**

Por ser subsidiária integral da EDPBR, o estatuto social da EDP Bandeirante não contém disposição acerca de quaisquer políticas de resgate de ações, devendo ser observadas as disposições da Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”).

A tabela a seguir apresenta a disponibilidade, o endividamento total e o patrimônio líquido da EDP Bandeirante nos últimos três anos. As informações descritas abaixo foram extraídas das informações financeiras individuais da Bandeirante relativas ao período de 12 meses encerrado em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como legislação específica editada pela ANEEL.

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
Disponibilidades	334.0	282.4	301.9
<b>Circulante</b>			
Debêntures	98.0	181.7	175.3
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida:	74.1	135.3	42.2
	<b>172.1</b>	<b>317.0</b>	<b>217.4</b>
<b>Não Circulante</b>			
Debêntures	311.7	453.9	298.6
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida:	125.1	50.9	487.2
	<b>436.7</b>	<b>504.8</b>	<b>785.7</b>
Endividamento total (ET)	608.8	821.8	1,003.2
Endividamento líquido (EL)	274.9	539.4	701.2
Patrimônio líquido (PL)	1,104.3	1,068.8	1,133.5
Índice de EL / PL	24.9%	50.5%	61.9%
Índice de ET / (ET + PL)	35.5%	43.5%	47.0%

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Diretoria acredita que os recursos operacionais da EDP Bandeirante proporcionam suficiente liquidez para fazer frente aos seus compromissos financeiros.

Abaixo são demonstrados os índices financeiros para os períodos indicados:

	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015
EBITDA	420.2	463.8	519.7
margem EBITDA	16.1%	14.5%	13.5%

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a EDP Bandeirante encontrava-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas ("covenants") previstas nos respectivos contratos.

Adicionalmente, em 2015, a Moody's manteve os ratings da Bandeirante de "Baa3" em escala global, na faixa de *investment grade* de "Aa1.br" em escala nacional, com alteração da perspectiva para negativa. Em 10 de dezembro, a Moody's colocou os ratings de alguns emissores "Baa3" para "possível redução" em função de ação semelhante tomada sobre o rating soberano do Brasil.

Da mesma forma a Standard & Poor's, em função do rating soberano brasileiro, reduziu os ratings locais da EDP Bandeirante para "brAA", sendo que a perspectiva ficou mantida como "negativa".

Em 17 de fevereiro de 2016, como consequência da redução do rating soberano brasileiro, a S&P revisou o rating da EDP Bandeirante, reduzindo o rating local para "brAA-". A perspectiva do rating é "negativa".

Em 25 de fevereiro de 2016, como consequência da redução do rating soberano brasileiro, a Moody's revisou os ratings da EDP Bandeirante que teve seus ratings reduzidos para "Aa2.br" em escala local e "Ba2" em escala global. A perspectiva dos ratings é "negativa".

**d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros principalmente para fins de capital de giro e financiamento de seus investimentos. Os contratos financeiros celebrados por ela possuem cláusulas usuais de rescisão e vencimento antecipado, inclusive determinados *covenants* financeiros que impõem à Companhia obrigações relacionadas à manutenção do equilíbrio financeiro.

**e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

As necessidades de financiamento de CAPEX de manutenção estão asseguradas pela linha pré-aprovada do BNDES, além da geração própria de caixa. Em função de sua geração de caixa, a Companhia não utiliza de forma recorrente linhas de financiamento para a cobertura de suas necessidades de capital de giro, além do que é necessário para financiar seu CAPEX de manutenção. A necessidade por eventual captação fora destas linhas é, em geral, para alongar o perfil de endividamento e manter os níveis de alavancagem adequados tanto para seus acionistas quanto para seus credores. Para o atendimento dessas eventuais necessidades, a Companhia tende a analisar as diferentes opções, dependendo das condições de mercado, almejando sempre o prazo médio máximo para taxas de juros condizentes.

Ao longo de 2015, o BNDES desembolsou R\$ 234,6 milhões para a EDP Bandeirante referente aos contratos de financiamento firmados em 29 de dezembro de 2014, nos valores de R\$ 296,8 milhões para a EDP Bandeirante. Com esses valores, os desembolsos totalizam 79% do contrato da EDP Bandeirante.

Em 29 de maio, a EDP Bandeirante captou R\$150,0 milhões por meio da emissão de Cédulas de Câmbio junto ao Citibank, ao custo de 85% do CDI + 1,19% a.a.. O pagamento de juros será trimestral e a amortização será em duas parcelas iguais anuais, sendo a primeira em maio de 2018 e a última em maio de 2019. Os recursos são destinados ao alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.

Em 04 de setembro, a EDP Bandeirante captou US\$ 20,3 milhões (R\$75,0 milhões) por meio da emissão de Cédula de Câmbio junto ao Citibank. Para esse financiamento, foi realizada operação de derivativo ("swap") com propósito de hedge para mitigar os riscos cambial e da Libor ao custo de CDI + 1,20% a.a.. O pagamento de juros será trimestral e a amortização será em duas parcelas iguais anuais, sendo a primeira em setembro de 2018 e a última em setembro de 2019. Os recursos são destinados ao alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.

**f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**(i) Empréstimos, financiamento e encargos de dívidas relevantes**

							31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
	Vigência do contrato	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Total	Total	Total	
<b>Moeda nacional</b>									
Eletrbrás Reluz - ECF 2656/07	30/03/2009 a 28/02/2014		5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.			120	
Eletrbrás Reluz - ECF 2657/07	30/05/2010 a 30/04/2015	-	5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	-	667	2.667	
Eletrbrás Reluz - ECF 2658/07	30/03/2009 a 28/02/2014	-	5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	-		82	
Eletrbrás Reluz - ECF 2779/09	30/08/2012 a 30/07/2017	-	5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	891	1.436	1.977	
Eletrbrás Reluz - ECF 2800/09	30/07/2012 a 30/07/2017	-	5% a.a. + 1,5% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	855	1.377	1.893	
Eletrbrás LPT - ECFS 019/04	30/08/2006 a 30/07/2016	-	5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	621	1.687	2.752	
Eletrbrás LPT - ECFS 184/07	30/11/2009 a 30/10/2019	-	5% a.a. + 1% a.a (tx.adm.)	Principal e Juros mensais	a. Notas Promissórias; b. Garantia em recebíveis.	5.036	6.350	7.663	
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	21/02/2014 a 01/07/2015	-	101,15% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	-	-	107.857		
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação	21/02/2014 a 01/07/2015	-	-	-	-	-	(763)		
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	22/06/2011 a 06/06/2014	-	100% do CDI	Principal e Juros em parcela única no final	-	-		37.252	
BNDES - BB/CALC	17/02/2010 a 17/06/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	a. Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil; b. Depósito caucionado.	43.801	67.543	91.411	
BNDES - Banco do Brasil	15/07/2008 a 15/06/2014	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	Conta garantia			2.979	
BNDES - Banco Santander	15/07/2008 a 15/06/2014	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e Juros mensais	Conta garantia			2.979	
BNDES - FINEM	28/12/2014 a 16/12/2024	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	TJLP a TJLP + 3,05% a.a., TR(iii) + 3,05% a.a., e Prê de 6,00% a.a.	Principal mensal com juros no período de carência trimestral, após segue mensal. Principal e juros anuais.	a. Depósitos caucionados; b. Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil.	248.838	-		
Citibank N.A. - Cédula de Câmbio	29/05/2015 a 29/05/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	85% do CDI + 1,19% a.a.	Principal anual a partir de maio/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	151.636	-		
(-) Custo de transação	29/05/2015 a 29/05/2019	-	-	-	-	(422)	-		
						451.256	186.154	151.775	
<b>Moeda estrangeira</b>									
BEI - Banco Europeu de Investimento	19/02/2012 a 17/02/2018	Dívida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5	Libor + 1,2750% a.a.	Principal no final do contrato e juros semestrais	Fiança bancária			46.746	
(-) BEI - Custo da transação	19/02/2012 a 17/02/2018			Amortização mensal do custo de transação				(75)	
Citibank N.A. - Cédula de Crédito Bancário	04/09/2015 a 04/09/2019	Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	Libor 3M + 1,84% a.a.	Principal anual a partir de setembro/2018 e Juros trimestrais	Nota Promissória	80.036	-		
						80.036	-	46.671	
<b>Derivativos</b>									
Citibank N.A.	04/09/2015 a 04/09/2019	-	Swap Libor 3M + 1,84% a.a. para CDI + 1,20% a.a.	Conforme fluxo de amortização de principal e juros da dívida protegida.	-	(1.979)	-		
Total						(1.979)	-	-	
						529.313	186.154	198.446	

**(ii) Debêntures**

								31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Agente Fiduciário	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	Total	Total	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	300	1.000	300.000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	CDI + 1,39% a.a.	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral	311.943	306.248	
(-) Custos de emissão			(2.413)				Amortização mensal	(1.410)	(2.012)	
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	39.000	10	390.000	4ª emissão em 01/07/2010	01/07/2010 a 01/07/2016	CDI + 1,50% a.a.	Principal anual e juros semestral	163.393	331.753	410.435
(-) Custos de emissão			(2.676)				Amortização mensal	(54)	(322)	(805)
Total								473.872	635.667	409.630

**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Não existe subordinação entre as dívidas.

***(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições***

Alguns contratos de empréstimo e financiamento da Companhia possuem cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas ao cumprimento de diversos índices financeiros, conforme demonstrado no quadro (i) acima.

Em relação às debêntures, as cláusulas restritivas estão apresentadas conforme abaixo:

- (i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à Remuneração das Debêntures, não sanada em 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento;
- (ii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido pela Emissora no prazo legal;
- (iii) decretação de falência da Emissora, pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou autofalência formulado pela Emissora;
- (iv) para a 4ª emissão: liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora ou de sua controladora direta;
- (v) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (vi) perda da concessão para distribuição de energia elétrica;
- (vii) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (viii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, exceto as previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem "Hipóteses de Vencimento Antecipado" do item "Vencimento Antecipado" acima, não sanada em 30 dias contados da data do inadimplemento;
- (ix) vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que o valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da Companhia na Escritura de Emissão;
- (x) para a 5ª emissão: protesto cambiário contra a Emissora que não tenha sido contestado de má fé em valor individual igual ou superior a R\$75.000 e/ou não sanado em 30 dias, contados da sua intimação;
- (xi) para a 5ª emissão: recebimento de notificação, pela Emissora, de sentença final transitada em julgado de natureza condenatória em ação judicial cujo valor, individualmente, seja superior a R\$75.000, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora;
- (xii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (i) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (ii) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (iii) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;
- (xiii) distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório sempre que a Emissora estiver em descumprimento com qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta; e
- (xiv) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano para a 4ª Emissão e 31 de dezembro de cada ano para a 5ª Emissão.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, a Companhia encontrava-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas (*covenants*), previstas nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

#### **g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha um limite de crédito de R\$ 296.785 a ser utilizado junto ao BNDES, referente ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.1238, cujo desembolso total havia sido de 79% do montante contratado.

#### **h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

##### **Fatores que afetam os resultados operacionais da Companhia**

O negócio de distribuição de energia elétrica caracteriza-se por ser capital intensivo, sofrer forte regulação da ANEEL por meio da definição de tarifas, e por apresentar custos operacionais significativos. Desta forma, segundo a diretoria da Bandeirante, os fatores mais importantes que afetam o desempenho financeiro da atividade de distribuição são:

- Tarifas estipuladas pela ANEEL;
- Variação do consumo de energia elétrica na área de concessão;
- Controle dos custos de operação e despesas operacionais, incluindo perdas e inadimplência;
- Estrutura de capital e custos de financiamento; e
- Investimentos prudentes.

##### **Discussão e análise da Demonstração de Resultados Operacionais**

Demonstração do resultado do exercício	31/12/2013		31/12/2014		31/12/2015		Varição	Varição
	AV	100,0%	AV	100,0%	AV	100,0%	2015-2014 (%)	2014-2013 (%)
<b>Receitas</b>	2.605,9	100,0%	3.198,7	100,0%	3.837,4	100,0%	20,0%	22,7%
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>								
Custo do serviço de energia elétrica	-1.647,1	-63,2%	-2.165,7	-67,7%	-2.812,2	-73,3%	29,9%	31,5%
Custo de operação	-307,4	-11,8%	-287,8	-9,0%	-304,2	-7,9%	5,7%	-6,4%
Custo do serviço prestado a terceiros	-150,1	-5,8%	-140,4	-4,4%	-164,3	-4,3%	17,0%	-6,4%
<b>Lucro bruto</b>	<b>501,2</b>	<b>19,2%</b>	<b>604,7</b>	<b>18,9%</b>	<b>556,6</b>	<b>14,5%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>20,6%</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>								
Despesas com vendas	-28,3	-1,1%	-19,7	-0,6%	-38,5	-1,0%	95,5%	-30,5%
Despesas gerais e administrativas	-151,6	-5,8%	-130,4	-4,1%	-140,0	-3,6%	7,4%	-14,0%
Depreciações e amortizações	-7,8	-0,3%	-8,0	-0,2%	-3,1	-0,1%	-60,9%	2,3%
Outras despesas e receitas operacionais	-13,6	-0,5%	-70,5	-2,2%	60,7	1,6%	-186,1%	418,8%
	<b>-201,3</b>	<b>-7,7%</b>	<b>-228,5</b>	<b>-7,1%</b>	<b>-120,9</b>	<b>-3,2%</b>	<b>-47,1%</b>	<b>13,5%</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>299,9</b>	<b>11,5%</b>	<b>376,2</b>	<b>11,8%</b>	<b>435,7</b>	<b>11,4%</b>	<b>15,8%</b>	<b>25,4%</b>
<b>Resultado financeiro</b>								
Receitas financeiras	65,5	2,5%	84,7	2,6%	114,9	3,0%	35,6%	29,3%
Despesas financeiras	-99,7	-3,8%	-123,7	-3,9%	-184,7	-4,8%	49,4%	24,1%
	<b>-34,2</b>	<b>-1,3%</b>	<b>-39,0</b>	<b>-1,2%</b>	<b>-69,9</b>	<b>-1,8%</b>	<b>79,2%</b>	<b>14,0%</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>265,8</b>	<b>10,2%</b>	<b>337,2</b>	<b>10,5%</b>	<b>365,8</b>	<b>9,5%</b>	<b>8,5%</b>	<b>26,9%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	-67,9	-2,6%	6,5	0,2%	-10,3	-0,3%	-258,0%	-109,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-7,1	-0,3%	-103,5	-3,2%	-93,6	-2,4%	-9,6%	1354,7%
	<b>-75,0</b>	<b>-2,9%</b>	<b>-96,9</b>	<b>-3,0%</b>	<b>-103,9</b>	<b>-2,7%</b>	<b>7,1%</b>	<b>29,3%</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>190,8</b>	<b>7,3%</b>	<b>240,3</b>	<b>7,5%</b>	<b>262,0</b>	<b>6,8%</b>	<b>9,0%</b>	<b>25,9%</b>

##### **Resultados operacionais em 2015 e 2014**

###### ***Receita operacional líquida***

No exercício encerrado em 2015, cerca de 45,9% da receita operacional bruta da EDP Bandeirante se referia ao fornecimento faturado aos clientes cativos enquanto que no exercício de 2014 representava 47,1%. A disponibilização de sistema de distribuição e transmissão representou 37,6% em 2015 e 37,4% em 2014. Já os Ativos e passivos financeiros setoriais representaram 6,8% da receita operacional bruta em 2015, contra 7,5% no ano anterior. As demais receitas corresponderam a 7,5% em 2015 e 5,0% da receita operacional bruta em 2015 e 2014, respectivamente.

A receita operacional líquida apresentou uma evolução positiva de 20,0% no exercício de 2015 em relação ao exercício anterior, atingindo R\$ 3.837,4. Esta variação considera as

receitas de construção as quais têm impacto nulo no resultado da Companhia. Se essas receitas forem desconsideradas a receita operacional líquida resulta em R\$3.675,8, ou 20,1% superior ao exercício anterior, quando foi de R\$3.060,5, anterior. Esse resultado é explicado principalmente por:

- i) A base de clientes foi incrementada em 3,2% comparado a 2014, o que representou 55 mil novos clientes conectados à rede da Companhia. O acréscimo neste período concentrou-se na classe residencial (+3,3%) e na classe comercial (+2,4%).
- ii) O volume total de energia distribuída na área de concessão da EDP Bandeirante em 2015 foi de 14.623 GWh, o que representou um decréscimo de 5,4% em relação ao ano de 2014, com destaque para a classe industrial cativo que apresentou uma queda de 9,6%.
- iii) Tarifas: A situação de desequilíbrio nas distribuidoras levou a ANEEL a autorizar uma Revisão Tarifária Extraordinária no mês de fevereiro que, na EDP Bandeirante, correspondeu a um aumento médio de 25,12%, além da implantação das Bandeiras Tarifárias. Em outubro, a Companhia passou pela Revisão Tarifária Periódica (de quatro em quatro anos), na qual a ANEEL aprovou um aumento com efeito médio ao consumidor de 16,14%.

### ***Custo do serviço de energia elétrica***

Os custos do serviço de energia e encargos totalizaram em 2015 o montante de R\$2.812,2 milhões, 29,9% superior em relação ao exercício anterior. Estes custos correspondem aos custos com energia comprada para revenda, encargos setoriais de transmissão e taxa de fiscalização. Este aumento é decorrente, essencialmente: (i) Aumento de R\$333,6 milhões com a energia adquirida de Itaipu reflexo da variação do dólar e; (ii) Elevação de R\$335,0 milhões devido aos recursos da conta ACR que ocorreram em 2014.

### ***Custo de operação***

O custo de operação ao final de 2015 sofreu um acréscimo de 5,7% devido, principalmente, ao reajuste da folha de pagamento dos funcionários, que fez com que a rubrica de Pessoal sofresse um aumento de 6,5% no ano proveniente, principalmente, do dissídio salarial.

### ***Despesas operacionais***

As despesas operacionais contemplam as despesas gerais e administrativas, despesas com vendas (principalmente Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD), além de aluguéis, arrendamentos e outras despesas. A redução de R\$107,6 milhões é justificada, principalmente: (i) aumento das despesas com PCLD em R\$18,8 milhões; e (ii) ajuste positivo de R\$81,9 milhões no valor justo do ativo financeiro indenizável decorrente da revisão da Base de Remuneração Regulatória – BRR ocorrida na revisão tarifária da Companhia.

### ***Resultado financeiro líquido***

O montante de receitas financeiras apresentou variação positiva de 35,6% correspondente à R\$30,2 milhões. Tal variação decorre, principalmente, das receitas advindas dos recebimentos das contas de energia pagas em atraso pelos clientes, com acréscimo de R\$6,2 milhões e da atualização dos ativos financeiros setoriais com acréscimo de R\$33,6 milhões, uma vez que os ativos financeiros setoriais foram contabilizados apenas em dezembro de 2014. Já as despesas financeiras apresentaram variação positiva de 49,4% corresponde à R\$61,0 milhões. Tal desvio é decorrente, principalmente, dos encargos sobre dívida com variação de R\$21,9 milhões, cujo custo médio aumentou em razão da piora no cenário macroeconômico brasileiro e acréscimo de R\$21,5 milhões decorrente do aumento da variação monetária da energia comprada proveniente da energia comprada de Itaipu que é valorada em Dólar.

### ***Imposto de renda e contribuição social***



As principais variações são em decorrência de: (i) imposto de renda e contribuição social correntes: acréscimo de R\$16,8 milhões em virtude de maior resultado tributável, advindo principalmente pela maior tarifa de energia no ano de 2015; e (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos: apresentou redução de R\$9,9 milhões em virtude da realização de ativos e passivos financeiros setoriais, revertidos quando de sua realização, pelo aumento na tarifa de energia, e pelo ajuste no valor justo do ativo financeiro indenizável.

### **Resultados operacionais em 2014 e 2013**

#### ***Receita operacional líquida***

No exercício encerrado em 2014, cerca de 49,4% da receita operacional bruta da Bandeirante se referia ao fornecimento, suprimento de energia elétrica e mercado de curto prazo, enquanto que no exercício de 2013 representava 47,5%. A disponibilização de sistema de distribuição e transmissão representou 37,6% em 2014 e 45,2% em 2013. Devido ao aditamento do contrato de concessão, que ocorreu em 28 de novembro de 2014, a Companhia reconheceu nas Demonstrações Financeiras os Ativos e Passivos Setoriais que representou 7,5% da receita operacional bruta do ano. Outras receitas operacionais representaram 5,4% e 7,4% em 2014 e 2013 respectivamente.

A receita operacional líquida apresentou uma evolução positiva de 22,7% no exercício de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$ 3.198,7 e esta variação considera as receitas de construção as quais têm impacto nulo no resultado da empresa. Se essas receitas forem desconsideradas a receita operacional líquida resulta em R\$3.060,5, ficando 24,5% superior ao exercício anterior e esse resultado é explicado principalmente por:

1) Aumento de R\$757,6 da receita bruta, em virtude dos seguintes fatores: i) Aumento das receitas de fornecimento a clientes cativos e livres (R\$323,9) principalmente em razão dos impactos dos reajustes tarifários de outubro/13 e outubro/14 de 10,36% e 22,34% respectivamente; ii) Aumento de receita de energia de curto prazo (R\$108,6); iii) Aumento das outras receitas operacionais (R\$22,7) sendo, principalmente, R\$ 21,9 por conta de compensações financeiras por incentivos tarifários à baixa renda; iv) Reconhecimento dos ativos financeiros setoriais (R\$351,0) de acordo com o OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) mediante assinatura do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e; v) Redução do ressarcimento por insuficiência de geração (R\$48,5).

2) Aumento das deduções da receita operacional em R\$155,6, em virtude dos seguintes fatores: i) Aumento dos tributos sobre a receita (ICMS e PIS/COFINS) em R\$134,5; ii) Aumento dos encargos ao consumidor em R\$21,1 devido principalmente ao encargo de CDE que aumentou R\$26,1, em relação ao ano anterior.

#### ***Custo do serviço de energia elétrica***

Os custos do serviço de energia e encargos totalizaram em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$ 2.165,7 milhões, superiores em 31,5% em relação às praticadas no mesmo período do ano anterior. Tal fato é decorrente essencialmente da elevação dos valores de PLD que impactaram diretamente os custos associados aos contratos de energia térmica e exposição involuntária no curto prazo no qual a Companhia permaneceu nos cinco primeiros meses do ano, além dos encargos de Transmissão e de Segurança Energética. Em decorrência disso recebemos R\$ 309,5 milhões de aportes governamentais para cobertura do sobrecusto de energia térmica, exposição no curto prazo e risco hidrológico.

#### ***Custo de operação***

O custo de operação ao final de 2014 sofreu uma variação negativa de 6,4% devido principalmente ao menor valor de depreciações e amortizações no período em R\$32,6 milhões pois, ao final de 2013, foi realizado uma conciliação físico/contábil em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº 367/09 e, em virtude de sobras contábeis identificadas efetuou amortização complementar no montante de R\$ 33,5 milhões naquele ano. Este

efeito foi mitigado pelo aumento em 2014 de R\$28,7 milhões devido a baixas de ativos, perda na alienação de bens e ajuste de inventário.

### **Despesas operacionais**

As despesas operacionais aumentaram em 13,5% devido, principalmente, ao aumento de R\$28,7 milhões devido a baixas de ativos, perda na alienação de bens e ajuste de inventário e de R\$28,5 milhões referente à menor atualização do VNR devido IGPM negativos no período e alteração do fator de ajuste das adições ao imobilizado, mitigados pela diminuição de R\$ 12,6 milhões referente à provisão para créditos e liquidação duvidosa / perdas líquidas e provisões para contingências.

### **Resultado financeiro líquido**

O montante de receitas financeiras apresentou variação positiva de 29,3%, que decorre, principalmente, do maior saldo de caixa e consequente receita sobre aplicações financeiras. Já as despesas financeiras apresentaram variação positiva de 24,1%, decorrente principalmente dos encargos sobre dívida para fazer frente a investimentos e capital de giro.

### **Imposto de renda e contribuição social**

As principais variações são em decorrência de: (i) imposto de renda e contribuição social correntes: decréscimo de 109,6%, em virtude, principalmente do lucro tributável, que não considera os ativos e passivos regulatórios como impacto corrente; e (ii) imposto de renda e contribuição social diferidos: apresentou variação de 1.354,7% em virtude do reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios das distribuidoras, que gera um diferimento do imposto de renda e contribuição social, que será revertido quando de sua realização, via reconhecimento na tarifa de energia.

### **Discussão e análise do Balanço Patrimonial**

Balancos Patrimoniais	31/12/2013	AV	31/12/2014	AV	31/12/2015	AV	Varição 2015-2014	Varição 2014-2013
<b>ATIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	334,0	13,6%	282,4	10,2%	301,9	9,1%	6,9%	-15,4%
Consumidores e Concessionárias	461,6	18,8%	520,9	18,8%	817,9	24,5%	57,0%	12,8%
Impostos e contribuições sociais	16,1	0,7%	41,3	1,5%	41,3	1,2%	0,1%	156,7%
Estoques	4,0	0,2%	4,4	0,2%	4,4	0,1%	-0,1%	11,9%
Cauções e depósitos vinculados	0,2	0,0%	0,8	0,0%	0,1	0,0%	-82,5%	211,8%
Ativos financeiros setoriais	0,0	0,0%	227,9	8,2%	470,3	14,1%	106,3%	0,0%
Outros créditos	25,5	1,0%	53,9	1,9%	55,1	1,7%	2,2%	111,1%
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>841,4</b>	<b>34,2%</b>	<b>1.131,6</b>	<b>40,9%</b>	<b>1.691,1</b>	<b>50,8%</b>	<b>49,4%</b>	<b>34,5%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Ativo financeiro indenizável	274,8	11,2%	345,9	12,5%	520,6	15,6%	50,5%	25,9%
Consumidores e Concessionárias	40,7	1,7%	50,8	1,8%	47,8	1,4%	-5,8%	25,0%
Impostos e contribuições sociais	43,4	1,8%	51,4	1,9%	57,3	1,7%	11,5%	18,6%
Tributos diferidos	150,5	6,1%	63,9	2,3%	0,0	0,0%	-100,0%	-57,5%
Cauções e depósitos vinculados	73,7	3,0%	67,2	2,4%	69,3	2,1%	3,0%	-8,8%
Ativos financeiros setoriais	0,0	0,0%	123,6	4,5%	28,4	0,9%	-77,0%	0,0%
Outros créditos	31,0	1,3%	10,4	0,4%	11,6	0,3%	11,5%	-66,4%
	<b>614,0</b>	<b>25,0%</b>	<b>713,4</b>	<b>25,8%</b>	<b>735,1</b>	<b>22,1%</b>	<b>3,1%</b>	<b>16,2%</b>
Propriedades para investimentos	3,1	0,1%	3,1	0,1%	1,9	0,1%	-36,6%	0,0%
Imobilizado	0,1	0,0%	0,1	0,0%	0,0	0,0%	-100,0%	-26,1%
Intangível	998,8	40,6%	921,7	33,3%	903,9	27,1%	-1,9%	-7,7%
	<b>1.002,0</b>	<b>40,8%</b>	<b>924,8</b>	<b>33,4%</b>	<b>905,8</b>	<b>27,2%</b>	<b>-2,1%</b>	<b>-7,7%</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>1.615,9</b>	<b>65,8%</b>	<b>1.638,2</b>	<b>59,1%</b>	<b>1.641,0</b>	<b>49,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>1,4%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.457,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.769,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.332,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,3%</b>	<b>12,7%</b>

Balancos Patrimoniais	31/12/2013	AV	31/12/2014	AV	31/12/2015	AV	Varição 2015-2014	Varição 2014-2013
<b>PASSIVO</b>								
<b>Circulante</b>								
Fornecedores	379,5	15,4%	448,4	16,2%	485,6	14,6%	8,3%	18,2%
Impostos e contribuições sociais	122,9	5,0%	109,6	4,0%	179,9	5,4%	64,1%	-10,8%
Tributos diferidos	-	0,0%	19,5	0,7%	41,6	1,2%	113,6%	0,0%
Dividendos	45,3	1,8%	58,2	2,1%	62,2	1,9%	6,9%	28,4%
Debêntures	98,0	4,0%	181,7	6,6%	175,3	5,3%	-3,5%	85,5%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	74,1	3,0%	135,3	4,9%	42,2	1,3%	-68,8%	82,4%
Benefícios pós-emprego	0,0	0,0%	21,7	0,8%	0,2	0,0%	-99,3%	60163,9%
Encargos Setoriais	15,5	0,6%	21,0	0,8%	149,7	4,5%	611,9%	35,4%
Provisões	5,5	0,2%	8,4	0,3%	13,5	0,4%	61,3%	53,8%
Outras contas a pagar	55,2	2,2%	53,9	1,9%	75,3	2,3%	39,6%	-2,3%
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>796,0</b>	<b>32,4%</b>	<b>1.057,7</b>	<b>38,2%</b>	<b>1.225,4</b>	<b>36,8%</b>	<b>15,9%</b>	<b>32,9%</b>
<b>Não Circulante</b>								
Tributos diferidos	11,7	0,5%	11,1	0,4%	24,1	0,7%	117,6%	-5,9%
Debêntures	311,7	12,7%	453,9	16,4%	298,6	9,0%	-34,2%	45,6%
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	125,1	5,1%	50,9	1,8%	487,2	14,6%	857,4%	-59,3%
Benefícios pós-emprego	7,4	0,3%	6,0	0,2%	-	0,0%	-100,0%	-19,3%
Encargos Setoriais	-	0,0%	4,1	0,1%	5,7	0,2%	41,2%	0,0%
Provisões	68,8	2,8%	88,4	3,2%	102,3	3,1%	15,6%	28,6%
Passivos financeiros setoriais	-	0,0%	-	0,0%	27,8	0,8%	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	32,4	1,3%	29,0	1,0%	27,5	0,8%	-5,0%	-10,7%
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>557,1</b>	<b>22,7%</b>	<b>643,3</b>	<b>23,2%</b>	<b>973,1</b>	<b>29,2%</b>	<b>51,3%</b>	<b>15,5%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>								
Capital social	339,6	13,8%	339,6	12,3%	596,7	17,9%	75,7%	0,0%
Reservas de capital	334,7	13,6%	334,7	12,1%	77,7	2,3%	-76,8%	0,0%
Reservas de lucros	402,3	16,4%	399,7	14,4%	475,4	14,3%	18,9%	-0,7%
Outros resultados abrangentes	27,6	1,1%	(5,3)	-0,2%	(16,2)	-0,5%	209,0%	-119,0%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>1.104,3</b>	<b>44,9%</b>	<b>1.068,8</b>	<b>38,6%</b>	<b>1.133,5</b>	<b>34,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>-3,2%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.457,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.769,8</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.332,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>20,3%</b>	<b>12,7%</b>

## **Contas Patrimoniais em 2015 e 2014**

### **ATIVO**

#### ***Circulante***

**Disponibilidades:** 6,9% superior, em virtude de maior geração de caixa operacional (pelo aumento das tarifas, início das bandeiras tarifárias) compensada por maior investimento em imobilizado além de pagamento de dividendos e dívidas.

**Consumidores e concessionárias:** 57,0% superior devido, principalmente, ao reajuste das tarifas (extraordinário em março e recorrente em outubro).

**Ativos financeiros setoriais:** O advento das bandeiras tarifárias trouxe alívio ao caixa da EDP Bandeirante, que deverá devolver tais valores aos clientes no momento das revisões tarifárias. Os principais eventos que explicam a variação são: (i) Aquisição de Energia e Custo de Energia de Itaipu: para os últimos processos tarifários foram utilizadas previsões de Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e de dólar que não se concretizaram ao longo de 2014 e 2015 frente ao cenário energético e econômico do país. Como a expectativa de preços médios foi baseada nos custos estimados de PLD e da moeda americana, que valora a tarifa da energia produzida por Itaipu, o preço médio de compra de energia foi superior ao preço médio de cobertura homologado nos processos tarifários. Porém, com a criação da Conta Centralizadora de Recursos das Bandeiras Tarifárias - CCRBT, parte desta diferença está sendo coberta; (ii) CDE: o aumento do saldo deste ativo financeiro setorial foi decorrente da alta expressiva no valor da cota mensal a partir de março de 2015; (iii) Devolução Tarifária: no início de 2015, foram homologadas as RTEs das distribuidoras do Brasil. Tal medida foi necessária para cobrir, principalmente, a alta no encargo da CDE, acima mencionado. Para simplificar o processo, a ANEEL atualizou somente as tarifas de aplicação, não alterando as tarifas econômicas, responsáveis pela cobertura tarifária de energia, encargos e transporte. Desta forma, a receita adicional com a RTE é considerada como um passivo a ser devolvido nos reajustes/revisões tarifárias das distribuidoras.

### ***Não circulante***

**Ativo financeiro indenizável:** Esses ativos financeiros refletem o saldo financeiro dos ativos não amortizados até o prazo final de concessão da EDP Bandeirante. O aumento de 50,5% corresponde à R\$174,7 milhões é decorrente, principalmente: (i) às adições de bens no período que serão reversíveis no final da concessão no montante de R\$75,4 milhões; e (ii) ajuste positivo de R\$81,9 milhões no valor justo do ativo financeiro indenizável decorrente da revisão da Base de Remuneração Regulatória – BRR ocorrida na revisão tarifária da Companhia.

**Consumidores e concessionárias:** 5,8% inferior ao saldo do ano anterior. Essa variação deve-se, principalmente, aos valores renegociados com clientes inadimplentes terem diminuído no decorrer do ano além das parcelas vencíveis em até um ano terem sido transferidas para o ativo circulante.

**Impostos e contribuições sociais:** 11,5% superior decorrente, principalmente, a maior adição no ICMS proveniente de aquisição de bens que serão compensáveis à razão de 1/48 avos por mês.

**Tributos diferidos:** Totalmente realizado durante o ano de 2015, em virtude dos valores recebidos de bandeira tarifária e reajustes extraordinários terem reduzido a base dos ativos e passivos financeiros setoriais.

**Ativos financeiros setoriais:** Em 2015, a conta possuía um saldo de R\$28,4, 77,0% inferior ao saldo de 2014, referentes aos valores já explicados no item Ativos financeiros setoriais do Ativo Circulante, porém com prazo de realização superior a 12 meses.

**Intangível:** 1,9% inferior devido, principalmente, à transferência de montantes para o ativo financeiro indenizável e as amortizações do exercício, compensados por novos ingressos de outros intangíveis em curso.

### **PASSIVO**

#### ***Circulante***

**Fornecedores:** Em 2015, o saldo era 8,3% superior a 2014. Esta variação decorre, principalmente, dos custos com aquisição de energia serem maiores do que no ano anterior.

**Impostos e contribuições sociais:** O saldo é 64,1% superior em comparação com o saldo do ano anterior, em decorrência do maior lucro tributável, que impacta no Imposto de Renda e Contribuição Social, além dos impostos sobre o faturamento (ICMS e PIS/COFINS) em virtude de maiores tarifas de energia cobradas dos consumidores.

**Dividendos a pagar:** O aumento de 6,9%, no saldo da rubrica é devido a dividendos maiores em 2015, dado que o lucro do ano foi superior ao lucro do ano anterior.

**Debêntures:** Em 2015, o saldo da conta era de R\$175,3, comparado a R\$181,7 de 2014. A variação negativa de 3,5% é decorrente de maiores pagamentos ocorridos em relação aos juros provisionados e a transferência de valores do Não circulante.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** Em 2015, o saldo da conta era de R\$42,2, comparado a R\$135,3 de 2014. Essa diminuição ocorre, principalmente, devido ao alongamento do perfil da dívida da EDP Bandeirante, quando quita empréstimos antigos e mais caros, com captações mais recentes com prazo de vencimento superior ao anteriormente contratado.

**Encargos setoriais:** Aumento de 611,9%, principalmente, decorrente do incremento de R\$97,2 milhões na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que teve o aumento expressivo no valor da quota mensal para a recomposição do fundo da CDE face os repasses efetuados pelo mesmo às distribuidoras de energia no exercício de 2013, em função da conjuntura hidrológica desfavorável e de seus impactos no equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias.

#### ***Não circulante***

**Debêntures:** Em 2015, o saldo era de R\$298,6, 34,2% inferior ao saldo do ano anterior, quando foi de R\$453,9. Tal redução ocorreu devido aos refinanciamentos com outros tipos de dívidas, de prazo superior ao anteriormente contratado.

**Empréstimos, financiamentos:** Em 2015, o saldo era de R\$487,2, comparado a R\$50,9 de 2014, aumento em virtude do alongamento no perfil da dívida da EDP Bandeirante.

**Patrimônio líquido:** O saldo em 2015 era de R\$1.133,5, ficando 6,1% superior ao ano de 2014, cuja variação se deu em virtude, principalmente, de lucros não distribuídos aos acionistas.

#### **Contas Patrimoniais em 2014 e 2013**

##### **ATIVO**

##### ***Circulante***

**Disponibilidades:** 15,4% inferior. Esta variação ocorreu devido, principalmente, à maior geração de caixa operacional compensada por maior investimento em imobilizado além de pagamento de dividendos.

**Consumidores e concessionárias:** 12,8% superior devido, principalmente, ao aumento no prazo médio de recebimento, principalmente das classes residenciais.

**Impostos e contribuições sociais:** 156,7% superior. Esta variação ocorreu principalmente pela antecipação de IR e CS estimativa ao longo do ano de 2014, que não foi compensado em sua plenitude em virtude do lucro não tributável no final do período.

**Ativos financeiros setoriais:** Os ativos e passivos financeiros setoriais passaram a ser reconhecidos devido ao aditamento do contrato de concessão, referente a emissão do OCPC 08 em 28 de novembro de 2014, representando um montante de R\$ 227,9 milhões.

**Outros créditos:** O saldo em 2014, era 110,8% superior. Na composição do ativo, a conta representou 1,9% em 2014. O aumento deve-se principalmente ao ressarcimento com recursos da CDE e aportes pela Eletrobrás, referente aos descontos aplicados nas tarifas de unidades consumidoras.

##### ***Não circulante***

**Ativo financeiro indenizável:** Esses ativos financeiros refletem o saldo financeiro dos ativos não amortizados até o prazo final de concessão da Companhia. Em 2014 era 25,9% superior sendo esta variação decorrente da atualização com base no valor de custo dos ativos em serviço pertencentes à concessão, além das adições do exercício que serão reversíveis no final da concessão.

**Consumidores e concessionárias:** 25,0% superior. Esse aumento deve-se principalmente aos valores negociados com clientes inadimplentes terem aumentado no decorrer do ano além das parcelas vencíveis em até um ano terem sido transferidas para o ativo circulante.

**Impostos e contribuições sociais:** 18,6% superior decorrente, principalmente, da maior adição nas rubricas de imposto de renda e contribuição social, ICMS, adiantamentos e pagamentos e transferências entre curto e longo prazo.

**Tributo diferido:** 57,5% inferior. Essa variação foi decorrente do reconhecimento, dentro das diferenças temporárias, da receita referente aos ativos e passivos financeiros setoriais no montante de R\$ 109,1.

**Ativos financeiros setoriais:** em 2014, a conta possuía um saldo de R\$123,6, referentes ao reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais decorrente da emissão do OCPC 08 em 28 de novembro de 2014.

**Intangível:** 7,7% inferior. A principal variação está em direito de concessão (Infraestrutura) devido à transferência para ativo financeiro indenizável e amortizações, compensado por novos ingressos de outros intangíveis em curso.

## **PASSIVO**

### ***Circulante***

**Fornecedores:** Em 2014, o saldo era 18,2% superior a 2013. Esta variação decorre principalmente do aumento do volume físico proveniente do crescimento de mercado e do custo variável relativo aos Contratos de compra de energia por disponibilidade, dado o cenário atual brasileiro de 2014.

**Impostos e contribuições sociais:** O saldo em 2014, era 10,8% inferior em comparação com o saldo do ano anterior em decorrência da conversão em renda de depósito judicial com consequente quitação do débito referente ao REFIS.

**Dividendos a pagar:** houve um aumento de 28,4%, no saldo da conta, principalmente, devido a aprovação do crédito de JSCP do exercício de 2014 no montante de R\$ 28,5 milhões líquidos de impostos, já considerando a movimentação da conta pelo pagamento de R\$ 225 milhões referente a lucros acumulados de períodos anteriores.

**Debêntures:** Em 2014, o saldo da conta era de R\$181,7, comparado a R\$97,9 de 2013. Esse aumento refere-se à transferência do valor principal do longo prazo, compensado parcialmente pelos seus pagamentos.

**Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas:** Em 2014, o saldo da conta era de R\$135,3, comparado a R\$74,1 de 2013. Este aumento é devido, principalmente, à transferência do valor principal mais juros, compensado com os juros provisionados, compensado parcialmente pelos seus pagamentos.

### ***Não circulante***

**Debêntures:** Em 2014, o saldo era de R\$453,9, comparado a R\$311,7 de 2013, devido, principalmente, à nova emissão de debêntures em abril de 2014 no montante de R\$300,0 para alongamento da dívida e financiamento de capital de giro, já considerando a transferência entre longo e curto prazo.

**Empréstimos, financiamentos:** Em 2014, o saldo era de R\$50,8, comparado a R\$125,0 de 2013. Esta redução é devida, essencialmente, à transferência entre curto e longo prazo, compensado por novos ingressos e efeitos de variação monetária e cambial.

### ***Patrimônio líquido***

**Outros resultados abrangentes:** O saldo em 2014 era de R\$ 5,2 negativos, comparado a R\$ 27,5 em 2013. A variação relativa à contabilização de passivos oriundos de Benefícios pós-emprego relativos a perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600/09 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferido.

## **10.2. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:**

**a) resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais;**

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços;**

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.**

Os resultados, as variações e os fatores que influenciam os resultados da Companhia foram discutidos no item 10.1 "h" desta Proposta de Administração.

## **10.3. Comentários dos Diretores da Companhia sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados**

### **a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Nossos Diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

### **b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nossos Diretores entendem que nos 3 últimos exercícios sociais não houve quaisquer operações envolvendo participação societária, uma vez que tal prática não é aplicável às distribuidoras de energia elétrica.

### **c) Eventos ou operações não usuais**

Nos 3 últimos exercícios sociais não ocorreram eventos ou operações não usuais.

## **10.4. Comentários dos Diretores da Companhia sobre:**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

### **(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

#### **2015**

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidos pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) – Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios (IFRS 3); (v) CPC 22– Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25– Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27– Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os Diretores da Companhia salientam que não houve mudanças significativas nas práticas contábeis em relação ao último exercício social, ou seja, o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

## **2014**

Em decorrência do compromisso firmado entre CPC e CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, foram emitidos os ICPC 19 e 20 e foram revistos os CPC's 01(R1), 38 e 39. A Administração da Companhia não identificou mudanças de práticas a serem apresentados para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, em decorrência das novas emissões e revisões dos CPC's.

Em 2014 foram emitidas pelo CPC duas orientações: o OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral e o OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica

- **OCPC 07**

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.

Na adoção do OCPC 07 a Companhia reavaliou a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

- **OCPC 08**

O objetivo do OCPC 08 é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de determinados ativos e passivos setoriais das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

A edição da norma foi necessária quando, da alteração dos contratos de concessão das concessionárias distribuidoras, foi assegurado pelo órgão regulador o direito/obrigação de ressarcimento dos valores relativos às diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros relacionados à tarifa de energia, que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos aos consumidores, em caso de extinção da concessão.

O OCPC 08, fazendo referência ao CPC 23, destaca que a adoção de nova prática contábil de determinado evento novo não constituiu mudanças nas políticas contábeis. Desta forma, os efeitos do aditamento ao contrato de concessão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação sendo, conseqüentemente, sua aplicação prospectiva, gerando efeitos apenas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.

## **2013**

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS e IFRIC novas e revisadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

### **(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis referentes aos 3 últimos exercícios sociais**



Nos exercícios de 2015 e 2013 não houve efeitos significativos decorrentes das alterações das práticas contábeis.

No exercício de 2014, por consequência do OCPC 08, a Companhia reconheceu no exercício ativos financeiros setoriais no montante de R\$250.027 sendo R\$248.445 em contrapartida da receita operacional bruta e R\$1.582 em contrapartida do resultado financeiro.

### **(c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Os Diretores salientam que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas a 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro, *International Financial Reporting Standards*(IFRS) emitidas pelo IASB, e que as mesmas não possuem ressalvas ou ênfases.

**10.5. Os Diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimentos de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que os Diretores da Companhia se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados abaixo.

Os Diretores da Companhia destacam abaixo as principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras:

#### ***Redução ao valor recuperável***

Ativo financeiro: São avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis e ao final de cada exercício, exceto para Consumidores e concessionárias que são avaliados mensalmente. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro: Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos intangíveis, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede o teste de recuperabilidade dos ativos. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### ***Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD***

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O cálculo da PCLD está em conformidade, também, à Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os critérios da PCLD para os valores correntes estão detalhados a seguir:

- i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
- iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

Para os parcelamentos de débitos, a Companhia adota os seguintes critérios:

- i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
- iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos por meio de apresentação de Nota de Empenho.

### ***Ativos financeiros setoriais***

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados utilizando premissas observáveis para as distribuidoras do setor de energia elétrica nos períodos de reajustes e revisões tarifárias. Sua mensuração leva em consideração a diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente.

### ***Realização dos créditos fiscais diferidos***

O Imposto de renda e contribuição social diferidos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

Os Diretores da Companhia elaboram projeções de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente. Na opinião dos Diretores a Companhia possui capacidade de realização desses créditos fiscais nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

### ***Ativo financeiro indenizável***

Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor justo do direito na data da demonstração financeira e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, homologados pela ANEEL a cada 4 anos em laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (BRR). Os Diretores destacam que as principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão.

### ***Vida útil do imobilizado e intangível***

A base para o cálculo da depreciação e amortização é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação e amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação e amortização utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

### ***Benefício pós-emprego***

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia contrata atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2015.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

Os Diretores salientam que as principais incertezas são as alterações nas premissas atuariais que podem acarretar impactos nas demonstrações financeiras.

### ***Provisões***

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. Os Diretores destacam que as provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Em relação às provisões cíveis, fiscais e trabalhistas, as mesmas são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

### ***Receita***

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os Diretores destacam os principais critérios de reconhecimento e mensuração a seguir:

- (i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;
- (ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;
- (iii) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante;
- (iv) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes à Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica previstos na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente à incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita; e
- (v) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

### ***Mensuração à valor justo dos instrumentos financeiros***

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo em função desses valores possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

A Companhia elabora análises de sensibilidade que tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia mensurados a valor justo. Os Diretores destacam que, não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

(valores apresentados em milhares de Reais)

**a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial**

Os Diretores destacam que os valores apresentados abaixo referem-se aos montantes devidamente atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP – Energias do Brasil.

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Arrendamentos operacionais passivos	4.270	1.256	35.282

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores salientam que não existem carteiras de recebíveis não registradas nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2015, 2014 e 2013.

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações de compra com: (i) materiais; (ii) serviços; (iii) energia; e (iv) encargos de conexão e transporte de energia	26.862.640	21.208.955	22.501.791

**iv. contratos de construção não terminada**

Os Diretores salientam que não existem contratos de construção não terminados não registrados nas Demonstrações Financeiras da Companhia para os exercícios findos em 2015, 2014 e 2013.

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Atualmente a Companhia possui crédito disponível junto ao BNDES referente ao financiamento do CAPEX realizado pela Companhia nos anos de 2013 a 2015. A previsão para desembolso do saldo remanescente é para o 1º semestre de 2016. Abaixo estão os valores contratados e o saldo a receber:

Instituição financeira	Montante total contratado	Montante não recebido
BNDES	296.785	62.216

## **b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Os Diretores destacam que, adicionalmente aos montantes destacados acima, a Companhia possui o seguinte item não evidenciado em suas demonstrações financeiras:

	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	245.596	157.261	77.992

## **10.7. Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6**

### **a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Os Diretores destacam que os montantes apresentados no item 10.6 são compromissos futuros assumidos junto à fornecedores, prestadores de serviços, instituições financeiras e etc. e, quando houver a realização do serviço, recebimento dos produtos ou mercadorias, ou a competência dos juros, os montantes em questão serão registrados nas demonstrações financeiras do emissor afetando, principalmente, os custos e despesas operacionais e as despesas financeiras.

### **b. Natureza e o propósito da operação**

Os Diretores destacam que os valores apresentados no item 10.6 refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia, inclusive aqueles compromissos contratuais que ultrapassam a data final da concessão.

### **c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Os montantes envolvidos e as naturezas das operações encontram-se destacados no item 10.6.

## **10.08. Comentários sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia.**

### **a. investimentos, incluindo:**

#### ***(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos***

Os investimentos da Bandeirante buscam manter a qualidade do serviço prestado e suportar o aumento natural de carga para atendimento do seu mercado. Os investimentos totalizaram R\$163,3 em 2015, R\$ 144,1 em 2014 e em 2013 totalizaram R\$ 153,2.

#### ***(ii) fontes de financiamento dos investimentos***

A EDP Bandeirante conta, principalmente, com o fluxo de caixa das suas operações e com recursos captados de terceiros por meio de contratos de financiamento para custear suas atividades operacionais e investimentos. Para maiores informações sobre os contratos de financiamento da Bandeirante, vide item 10.1 desta Proposta da Administração.

#### ***(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

A EDP Bandeirante não possui desinvestimentos relevantes em andamento nem desinvestimentos previstos.

**b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia**

Não aplicável, pois a EDP Bandeirante não divulgou a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

**c. novos produtos e serviços**

Não aplicável, pois a EDP Bandeirante não pode fornecer produtos ou serviços que não os convencionados em seu contrato de concessão.

**10.09. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "10".

\* \* \*

**Declarações dos Diretores da Companhia**

Instrução CVM 480/2009 - Artigo 25 (Incisos V e VI)

Os Diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela PriceWaterhouseCoopers, bem como declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia base 31 de dezembro de 2015.

\* \* \*

## **ANEXO II**

### **Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2015**

Item 9-1-II

(em milhares de reais, exceto quando indicado)

#### **1. Informar o lucro líquido do exercício:**

Lucro Líquido (em reais)	Lucro Líquido Ajustado - LLA (em reais)
R\$261.967.107,94	N/A

#### **2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:**

Juros Sobre Capital Próprio (JCP) (em reais)	Valor por ação (JCP) (em reais)
R\$63.296.000,00	R\$0,001619
R\$53.801.600,00 (*)	

Dividendos (em reais)	Valor por ação (em reais)
R\$185.572.752,54	R\$ 0,004747

<b>Montante Global (em reais)</b>	<b>Valor por ação (em reais)</b>
<b>R\$248.868.752,54</b>	<b>R\$0,006366</b>

#### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

%Lucro Líquido (**)	%LLA
100,00%	N/A

(\*) Líquido do Imposto de renda

(\*\*) Lucro Líquido deduzido da constituição da reserva legal.

#### **4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 08 de dezembro de 2015, a Companhia deliberou dividendos a débito da reserva de retenção de lucros no montante em reais de R\$50.000.000,00 correspondente à R\$ 0,001279 por ação ordinária.

#### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:**

a) O valor bruto do dividendo e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

<b>Categoria</b>	<b>Tipo de Ação</b>	<b>Valor total bruto (em reais)</b>	<b>Valor por ação (em reais)</b>
JSCP	Ordinária (ON)	R\$63.296.000,00	R\$0,001619
Dividendos	Ordinária (ON)	R\$185.572.752,54	R\$ 0,004747

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio:

O pagamento será efetuado até 31 de dezembro de 2016.



c) *Eventual incidência de atualização e juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio:*

Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio.

d) *Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:*

Serão pagos dividendos na data-base da Assembleia Geral Ordinária, prevista para ocorrer em 13 de abril de 2016.

**6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores:**

a) *Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados:*

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

b) *Informar a data dos respectivos pagamentos:*

Não houve declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a) *Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores:*

A Companhia possui apenas ações ordinárias.

31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
R\$0,00670	R\$0,00615	R\$0,00488	R\$0,00207

b) *Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores:*

A Companhia possui apenas ações ordinárias.

Dividendo por ação		
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
R\$0,002409	R\$0,003955	N/A

Juro sobre Capital Próprio por Ação		
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
R\$0,000860	R\$0,001161	R\$0,00105

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

a) *Identificar o montante destinado à reserva legal:*

Reserva Legal (em reais)
R\$13.098.355,40

*b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:*

A Reserva Legal é constituída aplicando 5% no lucro líquido ajustado até o limite de 20% do capital social.

**9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

*a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos:*

A Companhia não possui ações preferenciais.

*b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos:*

A Companhia não possui ações preferenciais.

*c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa:*

A Companhia não possui ações preferenciais.

*d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais:*

A Companhia não possui ações preferenciais.

*e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe*

A Companhia não possui ações preferenciais.

**10. Em relação ao dividendo obrigatório:**

*a) Descrever a forma de cálculo prevista o estatuto:*

A parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202 I, II, e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório.

*b) Informar se ele está sendo pago integralmente:*

O dividendo será pago integralmente.

*c) Informar o montante eventualmente retido:*

Não houve montante retido.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:**

*a) Informar o montante da retenção:*

Não houve montante retido.

*b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez ao capital de giro e fluxos de caixa positivos:*

Não houve montante retido.

*c) Justificar a retenção dos dividendos:*

Não houve dividendo retido.

## **12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

*a) Identificar o montante destinado à reserva:*

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

*b) Identificar a perda considerada provável e sua causa:*

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

*c) explicar porque a perda foi considerada provável:*

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

*d) Justifica a constituição da reserva:*

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

## **13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:**

*a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:*

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

*b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva:*

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

## **14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

*a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva:*

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

*b) Identificar o montante destinado à reserva:*

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

*c) Descrever como montante foi calculado:*

Não houve destinação de resultado para reservas estatutárias.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

*a) Identificar o montante da retenção*

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

*b) Fornecer cópia do orçamento de capital*

Não houve retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

**16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais**

*a) Informar o montante destinado à reserva*

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

*b) Explicar a natureza da destinação*

Não houve destinação de resultado para reservas de incentivos fiscais.

\* \* \*

**ANEXO III****Informações acerca dos Conselheiros de Administração**

Itens 12.5 a 12.10 – Formulário de Referência

Propõe-se o número de 6 (seis) membros para composição do Conselho de Administração efetivo da Companhia, e 1 (hum) suplente, reelegendo-se a atual composição do Conselho de Administração para um mandato de 1 (um) ano, ou seja, até a data de realização da Assembleia Geral que examinar as contas do exercício social a findar-se em 31.12.2016:

**Item 12.5**

Composição proposta para o Conselho de Administração da Companhia para o mandato 2016-2017:

Nome	Nascimento	Profissão	CPF Passaporte	Cargo Eletivo ocupado	Data da Eleição prevista	Data da Posse	Prazo de Mandato	Eleito pela Controladora	Outros Cargos exercidos na Companhia	Membro independente	Número de mandatos consecutivos
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	12.11.1970	Engenheiro	233.022.348-05	Presidente do Conselho	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	1 (um) ano	Sim	• Não Aplicável	Não	3
Michel Nunes Itkes	12.03.1968	Engenheiro	650.937.986-49	Vice-Presidente do Conselho	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	2
Luiz Otavio Assis Henriques	03.03.1958	Engenheiro	024.750.768-79	Conselheiro	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	9
Carlos Emanuel Baptista Andrade	24.12.1962	Economista	364.349.064-04	Conselheiro	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	4
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire	29.04.1968	Engenheiro	235.109.528-63	Conselheiro	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Sim	• Não Aplicável	Não	2
Pompeu Freire Mesquita	24.06.1969	Eletricista	370.642.153-49	Conselheiro	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Não	• Não Aplicável	Não	4
Marco Antonio Caires Zamparo	01.05.1964	Eletricista	075.114.498-32	Conselheiro Suplente	AGO de 13.04.2016	Até 30 dias após a eleição	<u>1 (um) ano</u>	Não	• Não Aplicável	Não	4



**Currículo – Incluindo as informações da letra m do item 12.5 incluindo informações acerca o grupo econômico do emissor**

**Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas**

No Brasil desde 2008, Miguel Setas assumiu, em janeiro de 2014, a Presidência da EDP Energias do Brasil (Controladora da Emissora). Entre 2010 e 2013, foi o Vice-Presidente responsável pelo negócio da Distribuição (CEO da Emissora e EDP Escelsa – Coligada da Emissora) e anteriormente, durante 2 anos, o Vice-Presidente responsável pelos Novos Negócios, Comercialização e Renováveis. Entrou para o Grupo EDP (Portugal) em 2006, como Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal (Acionista Controladora de forma indireta da Emissora). Foi ainda membro da Administração da EDP Inovação (onde ainda se mantém), da Portgás e da Fundação EDP. Formou-se em Engenharia Física no Instituto Superior Técnico, em Lisboa, onde também fez o Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores. Em 1996, fez o MBA na Universidade Nova de Lisboa. Entrou para o setor da Energia em 1998, como Diretor Corporativo da GDP - Gás de Portugal. Desde então manteve-se ligado ao setor energético, tendo sido Administrador da Setgás, entre 1999 e 2001, e Administrador Executivo da Lisboagás, entre 2000 e 2001. Até 2004, foi Diretor de Marketing Estratégico do Grupo Galp Energia. Entre 2004 e 2006 foi Administrador da CP - Comboios de Portugal. Neste período presidiu à Comissão Executiva da CP Lisboa. Começou a sua vida profissional em 1995, como Consultor na McKinsey & Company, onde desenvolveu atividade em setores tão diversos como Energia, Financeiro, Seguros, Distribuição e Indústria. Foi eleito em 21 de abril de 2015 para exercer funções como membro do Conselho de Administração Executivo da EDP Energias de Portugal. Atualmente é integrante do Conselho de Administração de empresas controladas da EDP Energias do Brasil S.A., como Presidente, Bandeirante Energia S.A, Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. – ESCELSA, Investco S.A. e Lajeado Energia S.A., desde 2014 e Diretor Vice-Presidente do instituto Energias do Brasil desde 2009.

**Michel Nunes Itkes**

Engenheiro eletricitista, com ênfase em eletrotécnica, formado pela EFEI - Escola Federal de Engenharia de Itajubá. Últimas posições ocupadas: EDP – Energias do Brasil S.A. (Controladora da Emissora): Gerente de Divisão à partir de março de 2000; Gerente Executivo de Planejamento Energético desde fevereiro de 2002; Diretor de Comercialização, de abril de 2008 a dezembro de 2009; Diretor Vice-Presidente de Distribuição desde abril de 2015. Bandeirante Energia S.A. (Coligada da Emissora): Diretor Presidente desde abril de 2015; Diretor Comercial – de 2010 a 2015; Diretor Técnico e de Ambiente – de junho de 2014 a 2015. Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Coligada da Emissora): Diretor Presidente desde abril de 2015 e Diretor Comercial – de 2012 a 2014.

**Luiz Otavio Assis Henriques**

Engenheiro elétrico, licenciado em 1980 pela UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, com Pós-graduação em Planejamento Energético e modelo de privatização britânico pela The Monfort University of Leicester – Inglaterra. Ampla experiência no setor elétrico brasileiro, com passagens pela CESP – Cia. Energética de São Paulo de 1983 a 1998 e Elektro de 2000 a 2008, no cargo de Diretor Executivo Comercial e de Suprimento de Energia. Últimas posições ocupadas: EDP Energias do Brasil S.A. (Controladora da Emissora): Diretor Vice-Presidente de Operações de Geração, desde Maio de 2008; Diretor Vice-Presidente de Comercialização, de 2010 a 2013. É membro do Conselho de Administração da Bandeirante Energia S.A. (Coligada da Emissora) e da Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (Coligada da Emissora). Ocupa os cargos de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração nas empresas de Geração controladas e/ou participadas da EDP Energias do Brasil, quais sejam: Energest S.A., Enerpeixe S.A., Companhia Energética do Jari, Santa Fé Energia S.A., Costa Rica Energética Ltda, Porto do Pecém Geração de Energia S.A, Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A., Porto do Pecém Operação e Manutenção S.A., Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão. e Empresa de Energia São Manoel.

**Carlos Emanuel Baptista Andrade**



Graduado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco em 1984, Programa Avançado de Gestão do IESE Business School (Barcelona) – 2008 e programas de extensão nos centros de treinamento do Chase Manhattan Bank, em Rio de Janeiro, Miami, New York City, Porto Rico e São Paulo - 1985-2002. É Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento do Negócio da EDP Energias do Brasil (Controladora da Emissora) desde abril de 2014, tendo sido anteriormente Diretor de Finanças, com responsabilidades concentraram-se em Finanças Estruturadas, Finanças Planning & Controls, Tesouraria, Seguros, Tax e Desenvolvimento de Negócios desde 2005. Ao longo dos últimos 2 anos antes de entrar para a EDP, foi CEO da BrasilConnects Ecologia, uma empresa de consultoria focada no fornecimento de aconselhamento financeiro integrado e serviços ambientais para empresas e instituições financeiras, com foco nos mercados de mudanças climáticas. Ao longo de 17 anos (1985-2002), desenvolveu uma carreira sólida nos mercados financeiros nacionais e internacionais, no Chase Manhattan Bank, Chase Securities, Inc., e JPMorgan, a maioria concentrada nas áreas de Crédito, Finanças Corporativas, Merchant Banking, Project Finance e Banca de Investimento, com posições em New York (6 anos), Cidade do México (3 anos) e Caracas (1 ano), além de São Paulo. Para além do cargo de Diretor Vice-Presidente de Comercialização e Desenvolvimento do Negócio da EDP Energias do Brasil ocupa os cargos de Diretor Presidente da EDP Comercializadora (coligada da emissora) uma empresa de comercialização de energia que opera no mercado de energia não regulamentada brasileira. Membro do Conselho e Diretor Presidente da EDP GRID (coligada da emissora) uma empresa de serviços de energia focada em eficiência energética, geração distribuída, e serviços técnicos para clientes corporativos e de serviços públicos. Presidente do Conselho Deliberativo da Enerprev, fundo de pensão dos empregados EDP Energias do Brasil e membro do Conselho de Administração de empresas controladas e participadas da EDP Energias do Brasil (empresas de distribuição e de geração de energia).

#### **Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire**

Licenciado em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa com intercâmbio na Alemanha e Bélgica. Últimas posições ocupadas: Grupo H3 - Sócio, administrador e CEO no Brasil de abril de 2010 à 2015. KPMG Portugal - Sócio de janeiro de 2006 à abril de 2010.

#### **Pompeu Freire Mesquita**

Experiência profissional - resumo: Últimas posições ocupadas: Bandeirante Energia S.A.: Membro Titular do Conselho de Administração representante dos empregados desde 2013; Membro Suplente do Conselho de Administração representante dos empregados de 2012 a 2013; Eletricista de Rede de Distribuição desde novembro de 1996. Sindicato dos Eletricitários de São Paulo: Diretor de Base desde outubro de 2002.

#### **Marco Antonio Caires Zamparo**

Experiência profissional - resumo: Técnico em eletrotécnica. Últimas posições ocupadas: Bandeirante Energia S.A.: Membro suplente do Conselho de Administração representante dos empregados desde abril de 2013 exerceu a mesma função entre 2007 a 2011; Técnico de Eletrotécnica de 1985 até 2009. Sindicato dos Eletricitários de São Paulo: Membro do Conselho Fiscal desde 2006. Para maiores informações sobre as atividades das empresas vide item 12.12. (b) Declaração de eventuais condenações: O Membro da Administração não sofreu qualquer condenação criminal; qualquer condenação em processo administrativo nem penalidades da CVM; ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

#### **Letra (k) do item 12.5 da IN/CVM 480 – Critério utilizado pelo emissor para determinar a independência.**

A Emissora informa que para determinar a independência e o critério de eleição do Conselheiro utilizou os termos estabelecidos no Regulamento de Listagem do Novo Mercado:



"Conselheiro Independente" caracteriza-se por: (i) não ter qualquer vínculo com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser Acionista Controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao Acionista Controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além daquela relativa ao cargo de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição).

**Letra (n) do item 12.5 da IN/CVM 480 - Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos.**

Para todos os fins de direito, nos últimos 5 (cinco) anos, não houve qualquer condenação criminal, e/ou condenação em processo administrativo da CVM, bem como, não há conhecimento de qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado qualquer Conselheiros para a prática de atividade profissional ou comercial.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

<b>Conselheiro</b>	<b>Item 12.6. Percentual de participação nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas no último exercício após a posse no cargo.</b>
Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas	100%
Michel Nunes Itkes	100%
Luiz Otavio Assis Henriques	100%
Carlos Emanuel Baptista Andrade	91%
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire	100%
Pompeu Freire Mesquita	100%

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.**

A Emissora não possui comitês estatutários bem comitês não estatutários

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.**





Não se aplica.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

Para os fins do item 12.9 do "Formulário de Referência" (IN CVM 480/2009 não há relação conjugal, união estável ou parentesco relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.9.

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

Para os fins do item 12.10 do "Formulário de Referência" (IN CVM 480/2009), não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle nos termos do referido item 12.10.

\*\*\*



## **ANEXO IV**

### **Informações acerca da Remuneração dos Administradores**

Item 13 – Formulário de Referência

Instrução CVM 480/2009

#### **13.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitês:**

- a. objetivos da política ou prática de remuneração;

A política de remuneração tem como objetivo assegurar a atração e retenção de profissionais altamente qualificados e incentivar o alcance dos objetivos e a superação de metas, visando à agregação de valor à Companhia. Todo o processo está sustentado por pesquisas constantes de mercado, qualitativa e quantitativa, conduzidas, atualmente, por empresa especializada e de renome internacional.

- b. composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles;

Conselho de Administração:

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: Honorário pago mensalmente, calculado conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o conselheiro pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Não se aplica.
  - Outros: Com relação aos membros do conselho de administração que recebem remuneração, são recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
  
- Remuneração Variável
  - Bônus: Não se aplica
  - Participação nos Resultados: Não se aplica
  - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
  - Comissões: Não se aplica

Diretoria Estatutária:



- **Remuneração Fixa**
  - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, calculada conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica, assistência odontológica, farmácia e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
  - Remuneração por participação em comitês: Não se aplica
  - Outros: São recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.
  
- **Remuneração Variável**
  - Bônus: Representa a remuneração variável de curto prazo, com forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da companhia. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
  - Participação nos Resultados: Não se aplica
  - Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
  - Comissões: Não se aplica
  - Outros: São recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração variável.

#### **Diretoria Não Estatutária:**

- **Remuneração Fixa**
  - Salário ou Pró-Labore: Representa a remuneração fixa, paga mensalmente, conforme senioridade e complexidade da posição em questão e de acordo com as melhores práticas de mercado. O objetivo do salário, ou pró-labore, é remunerar o diretor pelos serviços prestados.
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: Representa os benefícios, assistência médica, assistência odontológica, farmácia e previdência privada. O objetivo dos benefícios diretos e indiretos é complementar a remuneração fixa dos diretores, e também é pago como uma remuneração por conta dos serviços prestados.
  - Remuneração por participação em comitês: Não se aplica
  - Outros: São recolhidos ao INSS - Instituto Nacional do Seguro Social os valores legalmente previstos sobre sua remuneração fixa.



- **Remuneração Variável**

- Bônus: Não se aplica
- Participação nos Resultados: Representa a remuneração variável de curto prazo, com forma de recompensar o alcance ou superação dos objetivos da companhia, pago através de Programa de Participação nos Lucros e Resultados. O objetivo da remuneração variável é estimular a produtividade dos diretores e servir como remuneração adicional pelo cumprimento das metas estabelecidas e desempenho satisfatório de suas funções.
- Remuneração por participação em reuniões: Não se aplica
- Comissões: Não se aplica
- Outros: Não é recolhido nenhum encargo, pois a remuneração variável é paga de acordo com a Lei 10.101/2000 que dispõe sobre PLR, e conforme Art. 3º., não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista.

(ii) Em relação aos três últimos exercícios sociais qual a proporção de cada elemento na remuneração total;

Conselho de Administração e Comitê de Assessoramento

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: 100%

Dos 06 membros do Conselho de Administração, apenas 01 é remunerado.

Diretoria Estatutária:

- Remuneração Fixa
  - Salário ou Pró-Labore: 51%
  - Benefícios Diretos ou Indiretos: 9%
- Remuneração Variável
  - Bônus: 40%

Dos 07 membros da Diretoria, 03 são remunerados.

**(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;**

A política de remuneração da Companhia é analisada por meio de comparação com os valores pagos no mercado, com o objetivo de manter o nível de competitividade adequado. As pesquisas salariais são feitas por meio de metodologia da consultoria Hay Group, que classifica os cargos por pontuação de acordo com três elementos: know-how, processo mental e responsabilidade por resultados. A mensuração destes três fatores resulta no peso do cargo. Tal metodologia permite mensurar a importância e a complexidade relativas aos resultados esperados do cargo. Essa comparação é realizada anualmente, e a Diretoria da EDP analisa e delibera as ações de movimentações em função dessa análise remuneratória.



Apresentamos abaixo detalhamentos referentes ao Conselho de Administração, Comitê de Assessoramento, Diretoria Estatutária e Diretoria Não Estatutária.

**Conselho de Administração:**

A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se na análise dos níveis de Remuneração e melhores práticas de mercado, onde o Conselho de Remuneração analisa as informações e aprova as propostas.

**Comitês de Assessoramento:**

A metodologia para a definição da Remuneração é definida pelo Comitê de Remuneração onde é estipulado um valor a ser pago a cada membro em função do número de reuniões que o mesmo participará durante o ano.

**Diretoria Estatutária e Não Estatutária:**

A metodologia para a definição da Remuneração baseia-se na análise dos níveis de Remuneração e melhores práticas de mercado, onde o Conselho de Remuneração analisa as informações e aprova as propostas.

Para a remuneração fixa, é determinada uma tabela salarial com referência mínima, média e máxima, de forma que seja competitiva com o nosso mercado referência.

Para a remuneração variável, após a análise dos dados de mercado, definimos o valor target de bônus / PLR para cada um dos níveis hierárquicos.

**(iv) razões que justificam a composição da remuneração.**

Além de garantir a competitividade e atratividade da Companhia, visa aumentar o valor da mesma.

Os objetivos da remuneração variável são: criação de vínculos entre o desempenho e a recompensa e compartilhamento dos resultados da empresa. A metodologia está totalmente ligada ao desempenho do negócio e do colaborador, ou seja, quanto mais o mesmo esteja comprometido com seus resultados diretos e indiretos, melhor será o desempenho da companhia, conseqüentemente a recompensa financeira.

Para verificar a forma de apuração do cumprimento de metas e a metodologia de cálculo da remuneração variável, por favor, reporte-se aos quadros 13.1 (c) e 13.1 (d).

**(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.**

Não há remuneração aos Conselheiros de Administração, bem como, para alguns Diretores, indicados pela acionista controladora, EDP Energias do Brasil, tendo em vista que referida remuneração já é suportada pela referida controladora.



**c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração;**

Performance do Negócio face aos objetivos fixados relativamente a rentabilidade, satisfação dos clientes, acionistas e colaboradores, imagem da empresa e responsabilidade social. Segue KPIs do Grupo EDP no Brasil para apuração do cálculo de Remuneração Variável:

- a) EBITDA
- b) *Custos Operacionais*
- c) *Resultado Líquido*
- d) *Capex*
- e) ISE
- f) Cotação ENBR vs Ibovespa vs IEE
- g) *Cash-Flow Operacional*

**d. estrutura da remuneração para refletir a evolução dos indicadores de desempenho;**

A remuneração fixa da administração não sofre impacto conforme a evolução dos indicadores de desempenho. Portanto, a evolução de tais indicadores não incrementa o salário, o pró-labore, os benefícios diretos e indiretos, tampouco a remuneração por participação em comitês.

Quanto ao bônus e a participação nos resultados, que fazem parte da remuneração variável das diretorias estatutária e não-estatutária, seu pagamento está diretamente ligado ao alcance, pela Companhia, de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Conforme são atingidas as metas atreladas aos indicadores de desempenho, parcelas do resultado da Companhia são direcionadas ao pagamento da remuneração variável. Quanto maior a evolução dos indicadores de desempenho, maior é a porção do resultado da Companhia que será destinada ao pagamento das remunerações variáveis dos diretores.

Com base em avaliações individuais dos diretores, realizadas pelo Comitê de Remuneração, e parâmetros técnicos pré-estabelecidos, é realizada a divisão e pagamento da remuneração variável.

**e. relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo;**

A política de remuneração utilizada, baseada em uma componente fixa e em outra variável, almeja alinhar o a atividade de nossos funcionários com os objetivos da Companhia, como, por exemplo, o aumento de seu valor de mercado e de sua sustentabilidade. A componente fixa pretende tornar atrativa a adesão e manutenção de profissionais qualificados, enquanto a componente variável, por ser estabelecida com base em indicadores de desempenho alinhados



aos objetivos da Companhia, incentiva a superação individual para que a Companhia atinja as metas traçadas por sua administração.

Destacamos que o valor da remuneração variável é diretamente atrelado ao Resultado Individual (RI), que é apurado em função do cumprimento, pelo funcionário, de metas estratégicas, traçadas pela administração da Companhia para atingir seus objetivos de crescimento de curto e médio prazo. Logo, entendemos que quanto melhor o Resultado Individual do funcionário, maior será sua contribuição para cumprimento dos objetivos e interesses da Companhia, consequentemente maior será sua remuneração variável.

**f. remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos; e com relação ao Conselho de Administração, a Diretoria Não-Estatutário ou os comitês de assessoramento, não há remuneração, tanto fixa quanto variável, suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

Quanto a Diretoria Estatutária, atualmente um de seus membros recebe parte de sua remuneração de empresas subsidiárias da Companhia (conforme detalhado no item 13.15).

Identificamos, na tabela a seguir, as componentes da remuneração que são suportadas parte pela Companhia e parte por seus controladores:

	<b>Companhia</b>	<b>Energias do Brasil</b>
<b>Remuneração Fixa</b>		
Salário ou Pró-Labore	Sim	Sim
Benefícios Diretos ou Indiretos	Não	Sim
Remuneração por participação em comitês	Não	Não
Outros	Sim	Sim
<b>Remuneração Variável</b>		
Bônus	Sim	Sim
Participação nos Resultados	Não	Não
Remuneração por participação em reuniões	Não	Não
Comissões	Não	Não
Outros	Sim	Sim

**g. remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.**

Não há remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de eventos societários.



### 13.2 Remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2016.

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	7	0	13
Nº de membros remunerados	1	3	0	4
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>38.000</b>	<b>1.690.000</b>	<b>0</b>	<b>1.728.000</b>
Salário ou pró-labore	30.000	1.150.000		1.180.000
Benefícios direto e indireto	1.600	240.000		241.600
Participações em comitês				0
Outros	6.400	300.000		306.400
Descrição de outras remunerações fixas				0
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>910.000</b>	<b>0</b>	<b>910.000</b>
Bônus		510.000		510.000
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		190.000		190.000
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações, incluindo opções		210.000		210.000
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>38.000</b>	<b>2.600.000</b>	<b>0</b>	<b>2.638.000</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	7	0	13
Nº de membros remunerados	1	5	0	6
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>36.425</b>	<b>1.122.266</b>	<b>0</b>	<b>1.158.691</b>
Salário ou pró-labore	29.040	779.011		808.051
Benefícios direto e indireto	1.577	130.892		132.469
Participações em comitês				0
Outros	5.808	212.363		218.171
Descrição de outras remunerações fixas	0			0
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>630.139</b>	<b>0</b>	<b>630.139</b>
Bônus		501.296		501.296
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		128.843		128.843
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessação do cargo				0
Baseada em ações				0
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>36.425</b>	<b>1.752.405</b>	<b>0</b>	<b>1.788.830</b>




**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	1	5	0	6
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>36.000</b>	<b>2.059.811</b>	<b>0</b>	<b>2.095.811</b>
Salário ou pró-labore	29.040	1.424.570		1.453.610
Benefícios direto e indireto	0	172.268		172.268
Participações em comitês				0
Outros	6.960	462.973		469.933
Descrição de outras remunerações fixas	0			0
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>740.189</b>	<b>0</b>	<b>740.189</b>
Bônus		588.398		588.398
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		151.791		151.791
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessaçãõ do cargo				0
Baseada em ações				0
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>36.000</b>	<b>2.800.000</b>	<b>0</b>	<b>2.836.000</b>

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	1	5	0	6
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>36.000</b>	<b>2.203.272</b>	<b>0</b>	<b>2.239.272</b>
Salário ou pró-labore	29.040	1.484.907		1.513.947
Benefícios direto e indireto	0	151.636		151.636
Participações em comitês				0
Outros	6.960	566.730		573.690
Descrição de outras remunerações fixas				0
<b>Remuneração variável</b>	<b>0</b>	<b>796.728</b>	<b>0</b>	<b>796.728</b>
Bônus		635.763		635.763
Participação de resultados				0
Participação em reuniões				0
Comissões				0
Outros		160.965		160.965
Descrição de outras remunerações variáveis				0
Pós-emprego				0
Cessaçãõ do cargo				0
Baseada em ações				0
Observação				0
<b>Total da remuneração</b>	<b>36.000</b>	<b>3.000.000</b>	<b>0</b>	<b>3.036.000</b>



### 13.3 Remuneração variável do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal nos últimos três exercícios sociais da Companhia e remuneração prevista para o exercício social de 2016.

#### Remuneração Variável prevista para o exercício social corrente – 2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	6	7		13
Nº de Membros Remunerados	1	3		4
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0	0	n/a	0,00
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	0	1.050.000	n/a	1.050.000
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atingidas.	0	700.000	n/a	700.000
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº Total de Membros	6	7		13
Nº de Membros Remunerados	1	3		4
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0	0	n/a	0,00
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	0	882.597	n/a	882.597
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atingidas.	0	588.398	n/a	588.398
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	630.139	n/a	630.139
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	1	5	n/a	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	882.597	n/a	882.597
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	588.398	n/a	588.398
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	515.587	n/a	515.587
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a



31/12/2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	1	5	n/a	6
<b>Bônus</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	0,00	n/a	0,00
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	953.644	n/a	953.644
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas sejam atingidas.	n/a	635.763	n/a	635.763
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	n/a	387.386	n/a	387.386
<b>Participação nos Resultados</b>				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor máxima previsto no Plano de Remuneração	n/a	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no Plano de Remuneração, caso as metas fossem atingidas	n/a	n/a	n/a	n/a

#### 13.4 Plano de Opção de Ações.

A Emissora não possui plano de opção de ações sobre as ações de sua emissão, no entanto, por se tratar de uma subsidiária da EDP – Energias do Brasil S.A. seus administradores poderão ser contemplados nos termos da Política de Remuneração Baseada em Ações de sua referida acionista.

#### 13.5. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Item não aplicável para os três últimos exercícios anteriores, pois não houve concessão de ações para colaboradores e/ou administradores nos últimos três exercícios. Estima-se a sua implementação para o exercício corrente por parte de sua acionista controladora.

#### 13.6. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

#### 13.7. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

#### 13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável.

#### 13.9 Ações detidas pelos membros da Administração da Companhia.

Não é Aplicável.

#### 13.10 Planos de previdência dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria.



**Informações relacionadas aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:**

**31/12/2015**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de Membros	n/a	3
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	584.718,61
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	58.789,57
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.

**31/12/2014**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de Membros	n/a	2
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	472.151,89
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	50.400,23
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.

**31/12/2013**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de Membros	n/a	2
Nome do Plano	n/a	Enerprev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	n/a	n/a
Condições para se aposentar antecipadamente	n/a	n/a
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	482.868,00
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	n/a	68.769,00
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	n/a	Sim, a qualquer momento desde que encerre o vínculo com a empresa. Somente poderá ser resgatado as contribuições feitas diretamente pelos administradores.



**13.11 Remuneração Fixa do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal relativa aos últimos três exercícios sociais.**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº Total de membros	7,00	7,00	7,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	5,00	5,00	1,00	1,00	1,00
Valor da maior remuneração (Reais)	789.842	768.909	622.104	36.425	34.848	34.848
Valor da menor remuneração (Reais)	554.137	259.200	251.268	36.425	34.848	34.848
Valor Média da remuneração (Reais)	679.227	452.480	493.188	36.425	34.848	34.848

**Observação**

Diretoria Estatutária	
31/12/2015	Valores anuais realizados em 2015. Das 07 posições da Diretoria, 3 membros são remunerados.
31/12/2014	Valores anuais realizados em 2014. Das 07 posições da Diretoria, 5 membros são remunerados, sendo que 02 membros acumulam duas diretorias cada.
31/12/2013	Valores anuais realizados em 2013. Das 07 posições da Diretoria, 5 membros são remunerados.

  

Conselho de Administração	
31/12/2015	Valores anuais realizados em 2015. Das 07 posições do Conselho de Administração (6 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 membro é remunerado.
31/12/2014	Valores anuais realizados em 2014. Das 07 posições do Conselho de Administração (6 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 membro é remunerado.
31/12/2013	Valores anuais realizados em 2013. Das 07 posições do Conselho de Administração (6 titulares e 1 posição vaga), apenas 1 membro é remunerado.

**13.12 Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as conseqüências financeiras para a Companhia.**

Não é Aplicado

**13.13 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

	2015	2014	2013
Conselho de Administração	n/a	n/a	n/a
Diretoria	n/a	n/a	n/a
Conselho Fiscal	n/a	n/a	n/a



**13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.**

Não foi reconhecido no resultado da Companhia nenhum outro valor remuneratório para além das anteriormente informados no item 13.11

**13.15 Em relação aos três últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.**

Exercício social 2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	n/a	-
Controladas do emissor	-	1.844.922	n/a	1.844.922
Sociedades sob controle comum	-	-	n/a	-

Exercício social 2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	n/a	-
Controladas do emissor	-	1.789.209	n/a	1.789.209
Sociedades sob controle comum	-	-	n/a	-

Exercício social 2013

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	n/a	-
Controladas do emissor	-	2.100.079	n/a	2.100.079
Sociedades sob controle comum	-	-	n/a	-

### **13.16 Outras Informações Relevantes.**

**Todas as informações relevantes relacionadas a esta Seção 13 foram discutidas nos itens anteriores.**

\* \* \*



## **ANEXO V**

### **Proposta de alteração de Jornal em que a Companhia realiza suas publicações legais**

Propõe-se que os jornais em que a Companhia passe a realizar suas publicações legais sejam:

- ✓ “Diário Oficial de São Paulo”
- ✓ “Valor Econômico” (Vitoria/ES)

\* \* \*